

Estados assinam hoje rolagem de US\$ 20 bi

Alan Marques

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e representantes de onze estados, alguns deles os próprios governadores, assinam hoje em Brasília o termo de compromisso pelo qual os estados retomam imediatamente o pagamento da dívida contratual que mantêm junto à União. Este será o primeiro passo concreto para o refinanciamento da dívida de US\$ 20 bilhões que os estados possuem junto a instituições financeiras federais, especialmente à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Estão retomando os pagamentos os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Ceará, Amazonas e Pará. Segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, até o início da noite de ontem haviam confirmado presença na solenidade de assinatura o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho e o do Ceará, Ciro Gomes.

Carvalho observou que a assinatura do termo de compromisso é um marco importante para o Plano de Ação Imediata (PAI), lançado há pouco mais de dois meses. "Mais do que declararmos intenções, vamos assinar um acordo que representará a retomada efetiva do relacionamento financeiro entre a União e os estados", explicou. Para o secretário, a retomada dos pagamentos é um claro sinal da vontade política dos estados em retomarem os pagamentos de suas dívidas junto ao Governo Federal.

Apenas para a Caixa Econômica Federal, os onze estados estão



Para Fernando Henrique, o acordo é a "retomada efetiva do relacionamento financeiro com os estados"

pagando hoje o equivalente a US\$ 38 milhões (CR\$ 3,3 bilhões) em amortizações de financiamentos concedidos em diversas áreas. Estão também recebendo pagamentos o BNDES, Banco do Brasil, Banco Central, Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) e o Banco da Amazônia (Basa).

Juros — Os estados estão pagando hoje a primeira de um total de 240 parcelas mensais de amortização (20 anos). As taxas de juros cobradas são resultado de uma média dos percentuais previstos em cada contrato e o valor do refinanciamento

refere-se à dívida consolidada até 30 de junho de 1993.

Os estados continuarão recolhendo as parcelas até a assinatura do contrato definitivo de rolagem da dívida. Carvalho previu que os contratos definitivos com cada estado serão assinados dentro de 90 dias. Até lá, duas etapas precisarão ainda ser vencidas.

O Congresso precisará aprovar projeto de lei que definirá os critérios definitivos de rolagem das dívidas dos estados junto ao Governo Federal, incluindo aí as dívidas mobiliárias. Segundo Carvalho, a aprovação deverá ocorrer até o fi-

nal de setembro, porque foi feito um acordo entre o Governo Federal, estados e o relator da matéria, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS).

O Senado terá ainda que baixar resolução definindo o percentual máximo de comprometimento das receitas próprias dos estados na amortização das suas dívidas contratuais e mobiliárias. O Governo Federal deseja que comprometam 11% de suas receitas anuais para a amortização das dívidas refinanciadas. A maior parte dos estados reivindica um percentual de comprometimento de 7%.